

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA ITAJAÍ PARCERIAS

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis (20/07/2026), às 14h (quatorze horas), reuniu-se em caráter extraordinário o Conselho Gestor de Concessões e PPPs, na sala de reuniões do gabinete do Prefeito. Participaram da reunião: o presidente do Conselho, o senhor Prefeito Robison Coelho; os conselheiros Murilo Pereira, Rodrigo Bonfanti, Vanildo Pieritz, Sabrina Kressin, Thiago Oliveira e Mark Anderson Caldeira; o Secretário Municipal da Fazenda, Eduardo Bohora, Diretor-Presidente da Invest Itajaí, Nikolas Reis, a Diretora de Projetos da Invest Itajaí, Ana Paula Cardoso, a Secretária de Educação, Michele Rigueira, o Diretor Executivo da Secretaria, Carlos Ignacio, o Diretor de Infraestrutura da Secretaria João Bittencourt, e os representantes da Think, Rafael Tinelli e Giulia Sousa. Ordem do Dia: 1. Apresentação da Modelagem do Projeto de Parceria Público-Privada para a Infraestrutura e Serviços Não Pedagógicos de Escolas da Rede Municipal de Educação de Itajaí. O senhor presidente abriu a reunião registrando a satisfação pessoal em ter compartilhado com todos um dos projetos mais importantes para o Município de Itajaí, sobretudo, no que tange a tão esperada transformação da Rede Municipal de Ensino. Nas palavras do prefeito ele acredita que a qualidade do ensino em Itajaí dará um salto na medida que a estrutura, para alunos, professores, pais e todos os demais envolvidos diretamente com a Educação, alcançar patamares mais elevados de qualidade. Na sequência ele passou a palavra para a Secretária Municipal de Educação, a senhora Michele Rigueira, para que ela pudesse apresentar a proposta final do escopo e a modelagem do Projeto de Parceria Público-Privada para a Infraestrutura e Serviços Não Pedagógicos de Escolas da Rede Municipal de Educação de Itajaí. Tomando a palavra, a Secretária registrou sua concordância e mesma crença firmada pelo prefeito. Segundo a Secretária, depois de muitas reuniões, algumas delas infundáveis, o resultado de todo o esforço dos envolvidos representa aquilo que a Rede Municipal precisa neste momento e que é exatamente aquilo que o Poder Público consegue dar de respostas às demandas mais urgentes da Educação em Itajaí. Que certamente as dificuldades e desafios não se encerram ali, mas que a proposta a ser levada adiante certamente irá oxigenar a estrutura da rede. A Secretária então apresentou a proposta final da modelagem, que já havia sido compartilhada e apreciada com os membros do Conselho. Inicialmente, a Secretária destacou que a proposta foi estruturada a partir da necessidade de conciliar a ampliação da oferta de vagas com a qualificação da infraestrutura educacional existente. O novo escopo contempla 13 unidades educacionais, organizadas em quatro frentes de intervenção: 9 novas construções, 2 reconstruções, 1 ampliação e 1 reforma. Entre as novas construções estão os complexos escolares de Santa Regina, Limoeiro, São Roque e Portal II, cada um contemplando um Centro de Educação Infantil (CEI) e uma escola de Ensino Fundamental, além de um CEI no IFES. As reconstruções abrangem o CEI Guilhermina, na Fazenda, e a unidade mista de Ariribá, na Praia Brava; está prevista ainda a ampliação da Escola de Ensino Fundamental Gaspar da Costa Moraes, com seis novas salas, e a reforma da Unidade de Ensino Fundamental São Vicente, no IFES, com implantação de nova unidade infantil. A Secretária ressaltou que a proposta possui como um de seus principais objetivos responder à demanda por novas vagas, estimando-se a ampliação da capacidade da rede em 2.268 vagas na Educação Infantil e 5.110 vagas no Ensino Fundamental. Destacou que a modelagem procura, dessa forma, superar uma abordagem exclusivamente voltada à recuperação física das unidades existentes, incorporando a expansão da capacidade de atendimento como elemento central da política de infraestrutura educacional. Na sequência, foram apresentados os encargos atribuídos à futura concessionária, mantendo-se integralmente com o Município a gestão pedagógica. A concessionária será responsável pela infraestrutura e pelos serviços de apoio, organizados em quatro programas: Construção; Reformas; Manutenção e Conservação; e Operação de Serviços não Pedagógicos. Foram destacados, entre outros serviços, a limpeza, controle de pragas, gestão de resíduos, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, controle de acesso e monitoramento por tecnologia da informação e vídeo. Durante o debate, os presentes reconheceram que a separação entre as responsabilidades pedagógicas, mantidas sob responsabilidade do Município, e as atividades de infraestrutura e serviços não pedagógicos proporciona maior clareza à governança do contrato. Alguns participantes ressaltaram, contudo, a necessidade de que os mecanismos de

fiscalização, mensuração de desempenho e responsabilização estejam suficientemente detalhados para evitar conflitos de competência e assegurar que a concessionária seja efetivamente cobrada pelos resultados contratualmente estabelecidos. O Secretário Municipal de Governo, Murilo Pereira, concentrou sua manifestação nos aspectos jurídicos e licitatórios da modelagem. Destacou que a proposta está estruturada como concessão administrativa pelo prazo de 25 anos, tendo como critério de julgamento o menor valor de contraprestação mensal. Ressaltou a importância de que os documentos licitatórios e a minuta contratual sejam submetidos a análise criteriosa, especialmente em razão da complexidade e da duração do contrato. O Secretário observou, ainda, que a modelagem deverá observar os requisitos jurídicos necessários à sua implementação, destacando a necessidade de lei autorizativa pela Câmara Municipal, conforme previsto na Lei Orgânica Municipal, em razão da matéria educacional envolvida, bem como a submissão prévia das minutas de edital e contrato ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Ressaltou também a importância de delimitar adequadamente, na legislação autorizativa e nos instrumentos contratuais, as competências dos diferentes órgãos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do projeto. O Secretário Municipal da Fazenda, por sua vez, apresentou sua análise sob a perspectiva econômico-financeira e fiscal. Destacou que a modelagem prevê Capex total de R\$ 384,2 milhões, dos quais R\$ 279,6 milhões correspondem aos investimentos iniciais e R\$ 104,7 milhões aos reinvestimentos programados ao longo do contrato. O Opex estimado alcança R\$ 637,78 milhões em 25 anos, com custo operacional médio anual de R\$ 27,73 milhões. Em relação à contraprestação, registrou que a estimativa atual é de R\$ 6,78 milhões mensais, equivalentes a aproximadamente R\$ 81,37 milhões anuais, sendo R\$ 3,77 milhões referentes à parcela de Capex e R\$ 3,01 milhões à parcela de Opex. Destacou que esses valores deverão continuar sendo acompanhados pela Fazenda, especialmente em relação à capacidade fiscal do Município e à sustentabilidade do compromisso durante os 25 anos de vigência contratual. O Secretário da Fazenda também registrou que, segundo os estudos apresentados, o comprometimento fiscal projetado permanece abaixo do limite legal de 5% da RCL previsto para as despesas de PPP, com pico estimado de 2,57% da RCL em 2030, seguido de redução gradual nos exercícios subsequentes. Ressaltou, entretanto, que o cumprimento do limite legal não deve ser considerado isoladamente, devendo a análise considerar a sustentabilidade fiscal de longo prazo e os compromissos que serão assumidos pelas futuras administrações. Os presentes também discutiram a estrutura de garantias prevista na modelagem. Foi destacado que o mecanismo primário prevê a utilização da Conta Única do FUNDEB por meio de agente fiduciário, enquanto o mecanismo complementar utiliza uma conta garantia lastreada em recursos do FPM. Os participantes consideraram que a estrutura de garantias é elemento relevante para a atratividade do projeto perante o mercado, mas ressaltaram a necessidade de análise cuidadosa de seus efeitos jurídicos, financeiros e institucionais e a necessidade de se considerar a inclusão do QSE neste sistema. Outro ponto amplamente debatido foi o cronograma de implantação. A modelagem prevê a entrega de 8 unidades construídas ou reformadas no primeiro ano e das 5 unidades restantes no segundo ano, com início da operação plena do primeiro bloco no segundo ano. Os participantes ressaltaram a importância de que o cronograma contratual esteja alinhado às prioridades educacionais e às condições efetivas de execução das obras, evitando atrasos que possam comprometer a expansão das vagas planejadas. Em suas manifestações, os membros do Conselho reconheceram que a proposta apresenta uma alteração qualitativa importante em relação às versões anteriores, especialmente por combinar expansão da capacidade da rede, reconstrução de unidades existentes, ampliação, reforma e prestação continuada de serviços de manutenção e operação. Foi ressaltado que a modelagem deve ser analisada não apenas sob a ótica da infraestrutura, mas como instrumento de apoio à política educacional, sem que isso implique transferência ao parceiro privado das atribuições pedagógicas, que permanecem sob responsabilidade do Município. Também houve manifestações no sentido de que a avaliação do projeto deve considerar a distribuição territorial das intervenções e a efetiva correspondência entre as unidades contempladas e as necessidades de cada região do Município. Os presentes destacaram que a geração de novas vagas constitui elemento de grande relevância para a população e que os investimentos precisam produzir resultados concretos e mensuráveis para a Rede Municipal de Ensino. No aspecto econômico, foi registrado que os estudos apontam Value for Money positivo, com estimativa de economia de

aproximadamente R\$ 38,2 milhões para o Poder Público em comparação com a execução direta. Os participantes consideraram o resultado relevante para a análise de conveniência da PPP, sem prejuízo da necessidade de manutenção das premissas e dos cálculos sob acompanhamento técnico durante as etapas subsequentes. Após amplo debate, o Prefeito manifestou-se favoravelmente ao prosseguimento do projeto, destacando que a modelagem apresentada procura responder a demandas concretas da população, especialmente a necessidade de ampliar a oferta de vagas e qualificar a infraestrutura escolar. Ressaltou que a PPP deve ser conduzida com responsabilidade, transparência e rigor técnico, assegurando que os benefícios esperados sejam compatíveis com os compromissos financeiros e fiscais assumidos pelo Município. O Prefeito destacou, ainda, que o projeto deverá permanecer aberto às contribuições decorrentes da Consulta Pública e da Audiência Pública, de modo que eventuais sugestões, questionamentos ou aperfeiçoamentos possam ser avaliados tecnicamente antes da consolidação dos documentos destinados às etapas seguintes. Encerrados os debates, o Presidente submeteu a matéria à votação, propondo o prosseguimento do processo de estruturação da PPP de infraestrutura e serviços não pedagógicos da Rede Municipal de Ensino, com o encaminhamento da proposta para Consulta Pública, observadas as etapas jurídicas, técnicas, fiscais e institucionais subsequentes. A proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes, ficando deliberado o prosseguimento do processo e o encaminhamento da modelagem para Consulta Pública, como etapa destinada à participação social e ao recebimento de contribuições para o aperfeiçoamento do projeto. Por fim, o Prefeito solicitou que as Secretarias Municipais de Governo, Fazenda, Desenvolvimento Econômico e Educação, bem como a Invest Itajaí, encaminhem ao Conselho manifestação formal sobre o projeto, contendo suas respectivas considerações, avaliações e eventuais recomendações, de modo a subsidiar o acompanhamento institucional e as próximas decisões relacionadas à estruturação da PPP. O prefeito determinou que a Invest Itajaí e o secretário do Conselho promovessem todos os encaminhamentos necessários para a realização da Consulta Pública, lembrando-os do diálogo indispensável com o TCE nos termos da legislação. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E, para constar, eu, Mark Anderson Caldeira, secretário deste Conselho, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho.

Itajaí (SC), 20 de julho de 2026.

Robison Coelho - Presidente do CGCP

Mark Anderson Caldeira - Secretário do CGCP